

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	240.558
Preferenciais	0
Total	240.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.615.100	1.438.351
1.01	Ativo Circulante	50.860	37.425
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.305	5.288
1.01.02	Aplicações Financeiras	18.379	5.017
1.01.03	Contas a Receber	18.549	17.924
1.01.03.01	Clientes	18.549	17.924
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.191	1.250
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.191	1.250
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.550	5.533
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.886	2.413
1.01.08.03	Outros	1.886	2.413
1.02	Ativo Não Circulante	1.564.240	1.400.926
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.065	24.894
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.181	20.350
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.181	20.350
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.673	3.417
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.211	1.127
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.211	1.127
1.02.03	Imobilizado	3.648	4.295
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.648	4.295
1.02.04	Intangível	1.549.527	1.371.737
1.02.04.01	Intangíveis	1.549.527	1.371.737
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.549.527	1.371.737

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.615.100	1.438.351
2.01	Passivo Circulante	1.380.327	931.627
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.555	9.225
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.122	1.316
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.433	7.909
2.01.02	Fornecedores	65.288	81.130
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	65.288	81.130
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.147	5.042
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.856	2.228
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	88	135
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.203	2.679
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	992.420	634.959
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	992.420	634.959
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	992.420	634.959
2.01.05	Outras Obrigações	303.655	201.132
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	300.089	198.374
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	254.415	147.570
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	45.674	50.804
2.01.05.02	Outros	3.566	2.758
2.01.06	Provisões	262	139
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	262	139
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	262	139
2.02	Passivo Não Circulante	5.166	305.832
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	303.419
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	303.419
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	303.419
2.02.02	Outras Obrigações	2.019	1.987
2.02.02.02	Outros	2.019	1.987
2.02.04	Provisões	3.147	426
2.02.04.02	Outras Provisões	3.147	426
2.02.04.02.04	Provisões para Conserva Especial	3.147	426
2.03	Patrimônio Líquido	229.607	200.892
2.03.01	Capital Social Realizado	240.558	240.558
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.951	-39.666

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	371.088	333.157
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-261.956	-333.157
3.03	Resultado Bruto	109.132	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.952	-41.038
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.367	-40.973
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	415	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-65
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	98.180	-41.038
3.06	Resultado Financeiro	-54.637	-1.313
3.06.01	Receitas Financeiras	827	5.185
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.464	-6.498
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	43.543	-42.351
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.828	14.399
3.08.02	Diferido	-14.828	14.399
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.715	-27.952
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.715	-27.952
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	28.715	-27.952
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.715	-27.952

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.413	-60.870
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.470	-55.801
6.01.03	Outros	-2.057	-5.069
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-103.352	-14.139
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	92.956	75.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-983	-9
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.288	250
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.305	241

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.715	0	28.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.715	0	28.715
5.07	Saldos Finais	240.558	0	0	-10.951	0	229.607

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-27.952	0	-27.952
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-27.952	0	-27.952
5.07	Saldos Finais	240.000	0	0	-51.589	0	188.411

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	387.163	333.231
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	192.928	0
7.01.02	Outras Receitas	0	74
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	194.235	333.157
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-237.835	-358.256
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-194.235	-333.157
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-42.228	-21.758
7.02.04	Outros	-1.372	-3.341
7.03	Valor Adicionado Bruto	149.328	-25.025
7.04	Retenções	-11.819	-3.582
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.819	-3.582
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	137.509	-28.607
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.749	5.074
7.06.02	Receitas Financeiras	827	5.185
7.06.03	Outros	922	-111
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	139.258	-23.533
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	139.258	-23.533
7.08.01	Pessoal	20.531	9.736
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.745	7.586
7.08.01.02	Benefícios	1.746	1.709
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.040	441
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.063	-12.813
7.08.02.01	Federais	26.066	-12.874
7.08.02.02	Estaduais	91	57
7.08.02.03	Municipais	8.906	4
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.949	7.496
7.08.03.01	Juros	54.105	6.419
7.08.03.02	Aluguéis	777	1.056
7.08.03.03	Outras	67	21
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.715	-27.952
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.715	-27.952

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A concessão tem o objetivo executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato “EDITAL Nº 003/2013, Parte VII” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato (“CONTRATO”). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia (“PER”).

1.2. Destaques

Em 15 de abril de 2016 a Concessionária firmou com o BNDES o 2º aditamento ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.0669.1, com o objetivo de postergar o prazo de vencimento do contrato de 15 de abril de 2016 para 29 de julho de 2016.

Em 17 de junho de 2016 a Concessionária repassou à ANTT o trecho de 174,1 km, compreendido entre o km 130,2 ao 261,9 e km 278,9 ao 321,3 da BR-163/MT, que haviam sido transferidos à Concessionária de forma temporária, para realização dos trabalhos estipulados pelo 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Com duração definida em 9 meses, foram executadas atividades de conservação e recuperação da rodovia, com objetivo de proporcionar mais conforto e segurança aos usuários a partir do atendimento dos parâmetros de desempenho estipulados pela ANTT.

1.3. Perspectivas

Com a transferência do trecho de 174,1 km entre Rondonópolis e Cuiabá que voltam a ser responsabilidade do DNIT, o atendimento da meta anual de duplicação do PER (foram entregues 117,6 km dos 72,6 exigidos para o ano 1) e a conclusão das obrigações contratuais para início da cobrança do pedágio (duplicação de 10%, conclusão da construção das praças de pedágio e a entrega dos trabalhos iniciais), a CRO concentrará agora seus esforços nas frentes de recuperação do sistema existente, principalmente nos demais trechos que estavam sob a responsabilidade do DNIT e foram assumidos definitivamente pela CRO, como é o caso da conservação e recuperação dos 108,2 km entre o km 353,5 e o km 461,7 da BR-163/MT e as Travessias Urbanas de Rondonópolis, Nova Mutum e Sorriso, trechos estes que apresentavam grande desconforto aos usuários e vinham sendo o principal motivo de reclamações.

A CRO busca financiamento para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão. Como financiamento principal a Concessionária vem negociando um financiamento de Longo Prazo, cujas condições de apoio foram divulgadas em 2013 por BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para as licitações de concessões de rodovias federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística (“PIL”). Além do financiamento principal a CRO considera outras

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

fontes de financiamento, entre elas, recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste ("FDCO"), além de debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Tráfego

Em milhares de VEQ						
Categoria	2T16	2T15	Var. (%)	1S16	1S15	Var. (%)
Pesado	20.361	-	-	41.249	-	-
% Veic. Eq. Totais	91%	-	-	91%	-	-
Leve	2.044	-	-	4.319	-	-
%Veic. Eq. Totais	9%	-	-	9%	-	-
Total Veq.¹	22.406	-	-	45.568	-	-

¹ Veículos Equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos).

Durante o segundo trimestre de 2016, o tráfego pagante alcançou um total de 22.406 mil em VEQ, sem comparativo com o mesmo período de 2015 uma vez que a arrecadação das praças só foi iniciada em 06 de setembro daquele ano. No semestre o tráfego pagante apresenta acumulado de 45.568 mil VEQ, 91% deste total composto por veículos pesados e 9% de veículos leves.

2.2. Receitas

Em milhares de reais						
Descrição	2T16	2T15	Var. (%)	1S16	1S15	Var. (%)
Receitas de Pedágio	94.172	-	-	190.732	-	-
Receitas Acessórias e Outras	1.130	-	-	2.246	-	-
Receita Bruta	95.302	-	-	192.978	-	-
Tributos e outras deduções	(8.055)	-	-	(16.125)	-	-
Receita Líquida	87.247	-	-	176.853	-	-

A receita total gerada pela arrecadação do pedágio, pelas receitas acessórias e outras receitas foi de R\$ 87.247 mil no segundo trimestre de 2016, sem comparativo com o mesmo período de 2015 uma vez que a arrecadação das praças só foi iniciada em 06 de setembro daquele ano. O acumulado de receita no semestre é de R\$ 176.853 mil.

2.3. Custos e Despesas

Os custos e despesas totais refletem os Custos de serviços, Custos de Obra de Infraestrutura e as Despesas Gerais e Administrativas.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Descrição	Em milhares de reais					
	2T16	2T15	Var. (%)	1S16	1S15	Var. (%)
Custos de Serviços	(36.346)	-	-	(67.721)	-	-
Custos de Obra de Infraestrutura	(79.499)	(244.576)	-67%	(194.235)	(333.157)	-42%
Despesas Gerais e Administrativas	(6.330)	(22.988)	-72%	(11.367)	(40.973)	-72%

Os custos de serviços incorridos durante o 2T16 totalizaram R\$ 36.346 mil. Os Custos de Obra de Infraestrutura totalizaram R\$ 79.499 mil no segundo trimestre de 2016 e R\$ 194.235 no acumulado do semestre, apresentando recuo de 67% e 42% respectivamente.

2.4. EBITDA

Descrição	Em milhares de reais					
	2T16	2T15	Var. (%)	1S16	1S15	Var. (%)
Resultado líquido do período	28.714	(27.952)	(203%)	48.072	(39.985)	(220%)
(+/-) Imp. de Renda e Contrib. Social Diferidos	14.828	(14.399)	-203%	4.917	(20.051)	-125%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	54.637	1.313	4062%	78.743	1.014	7664%
(+/-) Outras (despesas) receitas	(415)	129	-422%	(1.542)	111	-1486%
(+/-) Depreciação / Amortização	15.819	3.582	342%	21.468	4.734	353%
(+/-) Provisões	2.769	0	-	3.841	-	-
EBITDA	116.352	(37.327)	-412%	155.500	(54.177)	-387%

O EBITDA atingiu no 2T16 o montante de R\$ 116.352 mil, registrando aumento em relação a 2T15, devido ao início da arrecadação do pedágio, gerando receita para CRO.

2.5. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais					
	2T16	2T15	Var. (%)	1S16	1S15	Var. (%)
Receitas Financeiras	411	1.715	-76%	827	5.185	-84%
Despesas Financeiras	(30.942)	(3.327)	830%	(55.464)	(6.498)	754%
Resultado Financeiro Líquido	-30.531	-1.612	1794%	-54.637	-1.313	4061%

No segundo trimestre de 2016, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia atingiu o valor negativo de R\$ 30.531 mil, registrando uma redução ante ao 2T15 devido ao aumento das despesas financeiras, reflexo da contratação do empréstimo ponte da Caixa e o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo. As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 411 mil no 2T16, o que significa uma redução de 76% sobre o mesmo período do ano anterior. No comparativo entre o primeiro semestre de 2016 com o mesmo período do ano anterior as Receitas Financeiras foram reduzidas em 84% enquanto as Despesas Financeiras apresentaram elevação.

2.6. Endividamento

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	Var. (%)
Dívida Bruta	992.420	938.378	6%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(22.684)	(10.305)	120%
Dívida Líquida	969.736	928.073	4%

No segundo trimestre de 2016, o Endividamento da Companhia apresentou aumento de 4% comparado ao final do ano anterior, totalizando R\$ 969.736 mil. O valor de Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras foi 120% maior no mesmo comparativo, o que suavizou a elevação de 6% da dívida bruta.

2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados até o primeiro semestre de 2016 totalizaram R\$ 1.571.567 mil sendo destinados aos trabalhos iniciais na rodovia, como conserva, tapa-buraco, sinalização, às obras de duplicação de trecho de 117,6 km ao sul de Rondonópolis, à conclusão das obras das praças de pedágio, à construção de alguns dispositivos que compõe o sistema rodoviário, bem como conservação e recuperação de trechos assumidos recentemente através de Termos Aditivos ao Contrato de Concessão.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 6,8 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,4 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto (valores em moeda real de novembro 2013).

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO"). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o primeiro semestre de 2016 com o efetivo de 730 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI's com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 guindautos e 5 carretinhas para transporte de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações ("CCO"), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante o primeiro semestre de 2016 o CCO registrou 61.172 ocorrências, das quais resultaram em acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

- 58.004 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guindauto e combate a incêndio;
- 1.542 acionamentos para remoção de veículos;
- 1.626 acionamentos para as ambulâncias.

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital fechado registrada na categoria B perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Técnico de Engenharia, e um Diretor de Operações. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

5. Sustentabilidade

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

No primeiro semestre de 2016 a Companhia realizou o projeto Safra Segura, Rota Segura, FETRAN – Festival Estudantil Temático de Teatro para o Trânsito, Agente Mirim de Trânsito e Parada Legal do Oeste. O Safra Segura ocorreu de 29 de fevereiro a 04 de março nos municípios de Cuiabá e Rondonópolis e beneficiou 602 motoristas de caminhão e 3 transportadoras. O projeto Rota Segura ocorreu em Cuiabá e Várzea Grande entre os dias 20 e 24 de junho, atingindo 1.382 alunos de 9 escolas, alunos da UFMT, e ainda 262 adultos em empresas privadas e postos de combustível. A Concessionária participou ainda do FETRAN, realizado pela Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso ocorrido entre 02 de maio e 25 de junho em 5 municípios, atingindo 900 pessoas na criação e montagem de espetáculos, mais 9.557 espectadores. O projeto Agente Mirim de Trânsito formou 223 agentes mirins de 8 escolas em Cuiabá e Sinop. O Parada Legal do Oeste ocorreu em Cuiabá entre 17 e 19 de maio, beneficiando 823 caminhoneiros.

No 2T16 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios limítrofes no valor de R\$ 1.719 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras, e R\$ 4.389 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio, totalizando a destinação de R\$ 3.607 e R\$ 8.814 mil durante o primeiro semestre de 2016, respectivamente.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

5.2. Meio Ambiente

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles que são condicionantes do processo de licenciamento das obras de duplicação.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas ("TI") da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações intermediárias condensadas de 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 6 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”).

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, dentre outros. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A tarifa de pedágio é reajustada anualmente de acordo com a data de contrato de concessão firmada em 12 de março de 2014 com publicação no Diário Oficial da União em 21 de março, através do índice de reajuste IPCA.	30 anos	Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT")

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), no qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de companhia aberta da Companhia é motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Notas Explicativas

Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências de empresas do Grupo Odebrecht, incluindo a sua controladora indireta Odebrecht S.A, bem como mandados de prisão provisória e temporária e condução coercitiva de executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht. Adicionalmente, foram condenados em decisão de primeira instância o ex-presidente da Odebrecht S.A. e outros ex-executivos da Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Em 22 de março de 2016, a Organização Odebrecht divulgou nota sobre sua intenção de colaborar de forma definitiva com as investigações da Operação Lava Jato. Os administradores da Companhia não têm conhecimento do conteúdo das ações e medidas tomadas pelos administradores das outras empresas do Grupo Odebrecht relacionadas a eventuais acordos ou discussões correspondentes, bem como do conteúdo de outras ações administrativas e judiciais em curso contra outras empresas do Grupo Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia continua tomando diversas medidas visando o robustecimento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de continuar a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, inclusive com o apoio de terceiros, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas brasileiras e internacionais de governança.

A Companhia possui um sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial (“Sistema de Conformidade”). Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Neste ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a controladora indireta OTP alterou sua estrutura de Governança do Sistema de Conformidade com a criação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao Conselho de Administração da OTP, bem como criou a função do Chief Compliance Officer, responsável pelo programa de conformidade, com reporte direto ao coordenador do Comitê de Conformidade.

Adicionalmente, a Companhia (i) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (a OTP é signatária do Pacto Global desde 11 de março de 2016); (ii) está revisando e elaborando novas políticas com apoio de escritório externo de renome internacional (dentre elas, Política Anticorrupção, Concorrência Leal, Relacionamento com Entidades e Agentes Públicos, Partes Relacionadas, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Terceiros, entre outras); (iii) está implementando a metodologia de Governança, Riscos e Compliance (“GRC”), o que inclui a criação da área de auditoria interna; (iv) contratou empresa de consultoria para elaborar Matriz de Riscos e Controles para o Grupo, trabalho esse já iniciado; (v) realiza um plano anual de treinamentos das novas políticas e código de conduta; e (vi) está revisando o código de conduta vigente para endereçar alterações na legislação brasileira e mudanças de procedimentos internos.

Embora a Companhia (i) não tenha sido notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) nunca tenham sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado; e (iv) não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

Notas Explicativas

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos, ex-executivos ou funcionários nas referidas acusações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado. Ademais, a Companhia não tem dependência financeira ou qualquer tipo de suporte em seus contratos de financiamento de seus controladores diretos e indiretos.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias condensadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 09 de agosto de 2016.

2. Políticas contábeis adotadas

Estas demonstrações contábeis intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, que foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e normas definidas pela CVM.

As demonstrações contábeis intermediárias condensadas foram preparadas em conformidade com o CPC 21 – “Demonstração intermediária”.

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes no período findo em 30 de junho de 2016 e de 2015. Dessa forma, as demonstrações de resultados abrangentes nessas datas não estão sendo apresentadas.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 30 de junho de 2016		
Fornecedores	65.288	2.019
Fornecedores - partes relacionadas	45.674	-
Mútuos - partes relacionadas	254.415	-
Empréstimos e financiamentos	992.420	-
Em 31 de dezembro de 2015		
Fornecedores	81.130	1.987
Fornecedores - partes relacionadas	52.166	-
Mútuos - partes relacionadas	146.208	-
Empréstimos e financiamentos	634.959	303.419

Notas Explicativas

- Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores estão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que variação das taxas de juros, o que pode causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%

(*) Fonte: Projeção Banco Caixa Geral - 30/06/2016.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	7,5%	9,4%	11,3%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2016 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES")	jul/16	Alta TJLP	78.414	78.449	78.485
Empréstimo Ponte Caixa Econômica Federal ("CEF")	fev/17	Alta TJLP	34.867	34.998	35.109

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o semestre findo em 30 de junho de 2016.

Notas Explicativas

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	992.420	938.378
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.305)	(5.288)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(18.379)	(5.017)
Dívida líquida	969.736	928.073
Total do patrimônio líquido	229.607	200.892
Total do capital	1.199.343	1.128.965
Índice de alavancagem financeira - %	81	82

3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	4.305	5.288
Aplicações financeiras	18.379	5.017	-	-
Contas a receber	-	-	18.549	17.924
Outros ativos	-	-	644	2.324
	18.379	5.017	23.498	25.536

Notas Explicativas

	Outros passivos financeiros	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	992.420	938.378
Fornecedores	67.307	83.117
Fornecedores - Partes relacionadas	45.674	-
Mútuos - partes relacionadas	254.415	146.208
Contas a pagar	3.566	2.758
	1.363.382	1.170.461

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	18.549	17.924
Total de contas a receber	18.549	17.924
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	18.379	5.017
	18.379	5.017
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	21	18
Bancos conta movimento	1.414	3.949
Numerários em trânsito	2.273	784
Fundo de troca	597	537
	4.305	5.288
	22.684	10.305

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa geral	21	18
Bancos conta movimento	1.414	3.949
Numerários em trânsito	2.273	784
Fundo de troca	597	537
	4.305	5.288

7. Aplicações financeiras

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 18.379 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 5.017). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

Notas Explicativas

8. Contas a receber

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI")</i>	14.116	12.831
Vale pedágio	4.330	4.823
Receitas acessórias	103	270
	18.549	17.924

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de junho de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

9. Despesas antecipadas

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a apropriar	5.093	6.475
Despesas com financiamentos e outras	3.130	2.475
	8.223	8.950
Ativo circulante	5.550	5.533
Ativo não circulante	2.673	3.417

10. Partes relacionadas

	Saldos			Transações	
	Ativo	Passivo		Resultado	
		Mútuo	Fornecedores	Serviços prestados	Despesas financeiras
Odebrecht Ambiental S.A. (i)	-	-	17	107	-
Construtora Noberto Odebrecht ("CNO") (ii)	-	-	87	396	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional ("OECI") (iii)	-	-	39.964	79.828	2.055
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	159.645	-	-	12.767
Odebrecht Rodovias S.A. (v)	-	-	3.242	2.814	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	-	2.364	5.123	-
Odebrecht Transport S.A. (vii)	-	94.771	-	-	2.959
Odeprev (viii)	-	-	-	87	-
Em 30 de junho de 2016	-	254.415	45.674	88.355	17.781
Em 31 de dezembro de 2015	89	146.208	52.166	210.053	-

a) Composição

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado e investimentos, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) Refere-se a prestação de serviços de apoio aos *software* de gestão financeira (sistema administrativo-financeiro), pela Odebrecht Ambiental.
- (ii) Refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO.

Notas Explicativas

- (iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. (“CNO BR”), atual Odebrecht Engenharia e Construções Internacional S.A (“OECI”), para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção (“INCC”), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), Índice de Obras Rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OECI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia br-163/MT.

No primeiro semestre a Companhia registrou o montante de R\$ 39.964 referente aos serviços de construção da infraestrutura e o montante de R\$ 2.055 registrados em despesas financeiras, refere-se a juros por atraso nos pagamentos à OECI.

- (iv) Em 30 de setembro de 2015 e 19 de novembro de 2015, a Companhia assinou contratos de mútuo com a ODBVias no montante de R\$ 141.820, remunerados a taxa de 125% do CDI. O valor atualizado da dívida é de R\$ 159.645, com vencimento em 30 de junho de 2016 renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias. A Companhia reconheceu no primeiro semestre de 2016 o montante de R\$ 12.767 de juros.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

- (v) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

Notas Explicativas

(vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. No semestre findo em 30 de junho de 2016, foi registrado o montante de R\$ 5.123. Não há garantias previstas neste contrato.

(vii) O montante de R\$ 94.771 refere-se a mútuos contratados com a OTP.

Em 23 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo subordinado com a OTP, no valor de R\$ 19.101, remunerado à taxa de 125% do CDI, com vencimento inicial previsto para 30 de junho de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

Em 14 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 15.086, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 29 de abril de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

Em 28 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 20.105, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 02 de maio de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 37.425, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 30 de dezembro de 2016. A Companhia reconheceu no primeiro semestre de 2016 o montante de R\$ 2.959 de juros.

Notas Explicativas

Com relação ao vencimento dos contratos de mútuos, estes são aditados de tempos em tempos, pois perante cláusula de subordinação prevista nestes contratos, os mesmos só poderão ser amortizados após a liquidação do empréstimo ponte firmado com o BNDES.

(viii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2016 e de 2015, totalizaram os montantes de R\$ 1.061 e R\$ 1.645, respectivamente.

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Salários	881	1.362
Encargos	176	272
Previdência complementar	4	11
	1.061	1.645

c) Participação no lucros e resultados

Em 30 de junho de 2016 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados no montante de R\$ 7.100 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.890) (Nota 15).

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	13.935	14.648
Resultado pré-operacional	25.258	28.345
Juros capitalizados e custo de transação	(32.012)	(22.643)
	7.181	20.350

Conforme as projeções de resultados preparadas pela Administração da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a total realização do ativo diferido existente em 30 de junho de 2016, a realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
2016	-	7.918
2017	3.961	3.961
2018	-	-
2019	-	-
2020 em diante	3.220	8.471
	7.181	20.350

Notas Explicativas

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

12. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	882	1.215	573	1.819	1.654	6.143
Depreciação/exaustão	(69)	(224)	(99)	(584)	(873)	(1.849)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	813	991	475	1.235	781	4.295
Aquisições	17	24	10	85	-	136
Depreciação	(68)	(125)	(34)	(178)	(340)	(745)
Baixa líquida	-	-	-	(38)	-	(38)
Saldo contábil	762	890	451	1.104	441	3.648
Custo	899	1.239	583	1.840	1.654	6.215
Depreciação/exaustão acumulada	(137)	(349)	(132)	(736)	(1.213)	(2.567)
Saldo em 30 de junho de 2016	762	890	451	1.104	441	3.648
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

(*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na DRE, conforme Notas 20 e 21.

13. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	614	15.556	1.366.437	307	1.382.914
Transferências	556.053	47.602	129.800	(733.455)	-	-
Amortização	(5.928)	(809)	(4.376)	-	(64)	(11.177)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	550.125	47.407	140.980	632.982	243	1.371.737
Aquisições	-	27	-	189.340	-	189.367
Transferências	77.528	16.994	366.565	(461.087)	-	-
Amortização	(5.835)	(484)	(4.725)	-	(30)	(11.074)
Baixas, líquidas de amortização	-	(11)	(492)	-	-	(503)
Saldo contábil	621.818	63.933	502.328	361.235	213	1.549.527
Custo	633.581	65.212	511.232	361.235	307	1.571.567
Amortização	(11.763)	(1.279)	(8.904)	-	(94)	(22.040)
Saldo em 30 de junho de 2016	621.818	63.933	502.328	361.235	213	1.549.527
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão.

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na DRE, conforme Notas 20 e 21.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de Recuperação, Operação, Melhoramentos e Intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e periodicamente revisada.

Notas Explicativas

As adições do semestre findo em 30 de junho 2016, referem-se a ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica Recuperação apresentada no quadro consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica Operação apresentada no quadro consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica Melhoramentos apresentada no quadro consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica Intangível em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 35.086 no período findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 19.183 no período findo em 30 de junho de 2015).

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

Notas Explicativas

14. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,0%	670.977	640.806
Empréstimo Caixa Econômica Federal (b)	R\$	TJLP + 3,5%	324.343	307.860
Custos de captação a amortizar	R\$		(2.900)	(10.288)
			992.420	938.378

(-) Passivo circulante

Empréstimos BNDES	670.977	634.959
Empréstimo Caixa Econômica Federal	321.443	-
	992.420	634.959

Passivo não circulante

Empréstimo Caixa Econômica Federal	-	303.419
Passivo não circulante	-	303.419

(a) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da TJLP. Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 até 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 até 15 de abril de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 até 8 de maio de 2016. Em 06 de maio de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do Contrato de Prestação de Garantia.

A Companhia está em processo de aditamento contratual junto ao BNDES, que visa prorrogar o prazo de vencimento para 15 de novembro de 2016 (Nota 27).

A amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES será realizada em parcela única.

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000. O custo de captação sobre o financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.014 e será amortizada pela fluidez do empréstimo.

Notas Explicativas

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

A companhia está em negociações com o BNDES para contratação do empréstimo de longo prazo e avalia que os documentos finais serão formalizados no segundo semestre de 2016. Com a contratação do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES a Companhia busca alongar a dívida e manter os investimentos na BR-163/MT.

(b) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

A amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto a CEF será realizado em parcela única em 20 de fevereiro de 2017.

(c) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores"). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias assinou carta de fiança corporativa em favor dos Fiadores perante o Contrato de Prestação de Garantias. Esta fiança garante aos Fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do Contrato de Prestação de Garantias.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

(d) Principais compromissos assumidos ("covenants")

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 30 de junho de 2016.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Encargos sociais	5.364	4.233
Benefícios a empregados	91	102
Participação nos lucros e resultados	7.100	4.890
	12.555	9.225

Notas Explicativas

16. Contas a pagar

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a pagar	203	607
Verbas do contrato de concessão	3.217	2.146
Outras contas a pagar	146	5
	3.566	2.758

17. Contingências e provisões para causas judiciais

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Reclamações cíveis	214	139
Outras	48	-
	262	139

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 1.924 em 30 de junho de 2016 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 660).

Adicionalmente, a Companhia possui ações de naturezas cíveis, sendo uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal da Comarca de Rondonópolis/MT e a outra refere-se a um auto de infração proposto pela Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor do município de Rondonópolis/MT, na avaliação dos consultores jurídicos, o risco de perda são classificados como possíveis, porém não há uma estimativa confiável para os valores de perda dessas ações.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 240.558, respectivamente, representado por 240.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

19. Receita líquida

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2016	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	79.499	194.235	244.576	333.157
Receitas em numerário	35.268	72.188	-	-
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	36.269	70.559	-	-
Receitas de vale pedágio (iii)	22.289	47.451	-	-
Receitas acessórias	1.130	2.246	-	-
Outras receitas de pedágio	346	534	-	-
Receita de operação	95.302	192.978	-	-
Receita total	174.801	387.213	244.576	333.157
Tributos sobre serviços de operação	(8.005)	(16.075)	-	-
Outras deduções	(50)	(50)	-	-
	166.746	371.088	244.576	333.157

Notas Explicativas

- (i) A Companhia reconheceu, nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, R\$ 194.235 e R\$ 333.157, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

A cobrança de pedágio, iniciada em 06 de setembro de 2015, é uma das fontes de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

20. Custo dos serviços

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2016	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015
Depreciação e amortização	(5.892)	(11.265)	-	-
Salários e encargos	(9.715)	(17.179)	-	-
Gastos gerais	(4.152)	(9.896)	-	-
Serviços de terceiros	(11.545)	(22.035)	-	-
Seguros	(1.090)	(2.425)	-	-
Provisão para conserva especial	(2.645)	(2.645)	-	-
Materiais	(1.046)	(1.718)	-	-
Aluguéis	(261)	(558)	-	-
	(36.346)	(67.721)	-	-
Custo de construção ICPC 01-R1	(79.499)	(194.235)	(244.576)	(333.157)
	(115.845)	(261.956)	(244.576)	(333.157)

21. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2016	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015
Salários e encargos	(3.651)	(6.325)	(6.210)	(11.636)
Serviços de terceiros	(945)	(1.699)	(8.171)	(13.183)
Depreciação e amortização	(278)	(554)	(2.430)	(3.582)
Despesas com veículos	(122)	(192)	(1.583)	(3.006)
Gastos gerais	(1.334)	(2.597)	(4.594)	(9.566)
	(6.330)	(11.367)	(22.988)	(40.973)

22. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2016	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(16.699)	(29.659)	(3.267)	(6.403)
Juros sobre mútuos	(8.786)	(15.251)	-	-
Custo de transação	(2.763)	(5.761)	-	-
Juros sobre atraso	(804)	(2.060)	-	-
IOF	(1.071)	(1.774)	-	-
Ajuste a valor presente	(56)	(76)	-	-
Outras	(763)	(883)	(60)	(95)
	(30.942)	(55.464)	(3.327)	(6.498)
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	375	726	1.614	4.988
Outras	36	101	101	197
	411	827	1.715	5.185

Notas Explicativas

23. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2016	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	14.273	43.543	(24.665)	(42.351)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(4.853)	(14.804)	8.386	14.399
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	-	-	-	-
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(63)	(24)	361	-
Efeito IR e CSLL no resultado	(4.916)	(14.828)	8.747	14.399
IR e CSLL corrente	452	(1.659)	-	-
IR e CSLL diferido	(5.368)	(13.169)	8.747	14.399
Total de IR e CSLL diferidos	(4.916)	(14.828)	8.747	14.399

24. Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os períodos findos em 30 de junho.

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2016	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015
Lucro (prejuízo) do semestre	9.357	28.715	(15.918)	(27.952)
Quantidade média ponderada de ações	240.558	240.558	240.000	240.000
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	38,90	119,37	(66,33)	(116,47)

25. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do semestre de 2016:

	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Fornecedores	(34.530)	(132.638)
Partes relacionadas	(29.182)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(63.712)	(132.638)
Aquisição de ativo intangível	63.712	132.528
Aquisição de ativo imobilizado	-	110
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	63.712	132.638

Notas Explicativas

26. Seguros

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de concessões públicas	326.169
Risco operacional	330.417
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	(*)

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

27. Eventos subsequentes

Em 07 de julho de 2016, a controladora indireta OTP, assinou contratos de Cessão de Créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia (Nota 10 (vii)), nos valores atualizados de R\$ 20.414, R\$ 15.957 e R\$ 21.139. Os termos dos contratos originais dos mútuos se mantiveram inalteradas. Portanto, a partir desta data a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias.

Em 08 de julho de 2016, Companhia assinou contrato de mútuo subordinado com a ODBVias no montante de R\$ 20.222, remunerados a taxa de 125% do CDI, o prazo para pagamento e liquidação do mútuo subordinado, vencerá em 30 de dezembro de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

Em 21 de julho de 2016, foi aprovado um aumento de capital na Companhia de R\$ 67.000, integralizados mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital. Os aportes foram realizados pela acionista ODBVias em 04 de julho de 2016, no montante de R\$ 4.000 e em 11 de julho de 2016, no montante de R\$ 63.000.

A Companhia está em processo de aditamento contratual junto ao BNDES, que visa prorrogar o prazo de vencimento para 15 de novembro de 2016, condicionada à apresentação, de nova carta de fiança com validade e vigência mínima até 15 de dezembro de 2016, em valor equivalente ao saldo devedor. A carta de fiança foi assinada e apresentada ao BNDES em 26 de julho de 2016.

A Companhia está em negociações com o BNDES para contratação do empréstimo de longo prazo e avalia que os documentos finais serão formalizados no segundo semestre de 2016. Com a contratação do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES a Companhia busca alongar a dívida e manter os investimentos na BR-163/MT.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três e seis meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) "Demonstração intermediária" e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "Review of financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

-Início das operações

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015 e, portanto, passou a auferir receitas de pedágio a partir desta data. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa conclusão não está modificada com referência a este assunto.

-Endividamento de curto prazo

Adicionalmente, sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que em 30 de junho de 2016 o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante no montante de R\$ 1.329.467 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 27 a Companhia encontra-se em negociação junto a instituição financeira para prorrogação do vencimento de um de seus empréstimos classificado no passivo circulante, e a contratação de empréstimos e financiamentos de longo prazo, visando o reequilíbrio dessa situação. Eventual insucesso dessas negociações e a não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do plano de investimentos da Companhia. As demonstrações contábeis em 30 de junho de 2016 não contem ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto.

-Operação Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa conclusão não está modificada em relação a esses temas.

Outros assuntos

-Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2016.

Nelson Fernandes Barreto Filho

CRC 1SP-151.079/O-0

Edinilson Attizani

CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016.

Cuiabá, 09 de agosto de 2016.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Marcelo Cardoso Pinto

Diretor Administrativo-Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016.

Cuiabá, 09 de agosto de 2016.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Marcelo Cardoso Pinto

Diretor Administrativo-Financeiro